

volução de Trinta.

2.2- O Governo Antônio Carlos.

Em 1926, assume o Governo de Minas Gerais Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, mineiro de Barbacena. Herdeiro de uma tradição cívica atuante desde o movimento da Independência, (*) de trato finíssimo, espirituoso, inteligência penetrante, Antônio Carlos movia-se num perfeito equilíbrio entre os bastidores da política nacional, para ele sem segredos. Galgou todos os degraus da carreira política, enquanto esta dependeu da fala das urnas: vereador, deputado estadual, deputado federal. No setor administrativo, desempenhou os cargos de Prefeito (antigo agente administrativo) de Juiz de Fora, Secretário das Finanças, Ministro da Fazenda. Após uma longa e não rara áspere caminhada, alcançou o Palácio da Liberdade. E aí, surpreende a todos com um programa de governo de cunho liberal, que "rompe com a rotina e mesmo com a prudência". (4) Em seu programa se destacam, entre outras, medidas como a reforma administrativa do Estado, a instituição do voto secreto, a criação da Universidade de Minas Gerais, a Reforma do Ensino Primário e Normal, o restabelecimento das relações com a Igreja. Esse governo - de cunho inovador para a época, que se aproxima das aspirações dos setores médios em ascensão no País e provoca desconfianças e reações entre os representantes das oligarquias rurais - a instituição do voto secreto, por exemplo, foi motivo de dissenção entre Antônio Carlos e Washington Luiz, pode ser interpretado sob vários aspectos:

(*) Antônio Carlos era neto de José Bonifácio, o Patriarca da Independência e de uma irmã do Visconde Lima Duarte.

de e disciplinada, apelidada "a carneirada", era o instrumento do poder de Minas na República Velha.

A unidade política de Minas, a nível federal, consubstancia, portanto, o seu principal poder de barganha junto ao poder central, pois Minas unida proporcionava ao Presidente da República a legitimidade e o apoio de que este necessitava para fazer funcionar o sistema federativo. A consciência dessa força e da necessidade de mantê-la para sobreviver, fez com que o Partido Republicano Mineiro se comportasse internamente de maneira flexível para superar a divergência entre chefes rivais, igualmente fortes, como Silvíano Brandão e Bias Fortes, e para acomodar em seus quadros novos líderes como Artur Bernardes e Kaul Soares. O PRM manteve-se intocável até 1929, quando desmoronou em sua cúpula em relação ao Catete vão abrir-lhe fendas, e na última e mais grave crise sucessória, a de 30, ele se estilhaçou. Mas neste momento, cai também por terra a forma do regime republicano até então em vigor. Nenhum presidente, durante a República Velha, tentou governar sem Minas Gerais. Pressionado em Minas, (*) Washington Luiz deliberadamente e temerariamente, enfraqueceu um dos principais pilares da República Velha, precipitando uma tomada de posição do Estado no problema sucessório, que culmina com a queda da República.

Neste momento, Washington Luiz deixa de representar uma importante fração das oligarquias rurais. Essa fração insatisfeita, diante da inexistência do Presidente em manter sua política de privilégios aos cafeicultores paulistas, se une às novas forças que compõem as classes dominantes, numa reação à hegemonia das oligarquias paulistas. Essa aliança resulta na Re-

(*) Em 1930, Washington Luiz, numa manobra política, reduz em 14 elementos o bancado do PRM na Câmara Federal.